

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da conselheira Marilene Mendes Vicente, com auxílio da Secretária Executiva Josiane de Oliveira Valgas, sendo que estiveram presentes os seguintes representantes: Edson Souza de Oliveira (Rotary Club de Capivari), Rodrigo de Oliveira Mendonça (Secretaria de Administração e Finanças), Maria Ivonete dos S. Romualdo (Secretaria Municipal de Educação), Hamilton S. Ramos (SANC), Eduardo Alves Barbosa (SANC), Rosilene Costa Antônio (APAE), Rosa Machado Silvano (CEACA), José Eduardo Bittencourt (CEACA), Vera Regina Rodrigues (APAE), Juliana Backes Fernandes (Secretaria Municipal de Saúde), Cleide Agostinho (Secretaria Municipal de Assistência Social), Alcimara Bosa Pereira (Secretaria Municipal de Indústria e Comércio), Valtemir Aguiar (Secretaria Municipal de Obras). Também estiveram presentes na reunião: José Nazareno Corrêa, Elton Aguiar Ramos, Ismael Martins, Selma B. Corrêa, Angelo Rabelo, Carlos Salvador, Ronaldo da Silva Gomes, Vanderleia Batista. A presidente Marilene se apresentou ao Conselho e deu início a reunião, onde foi realizada a leitura da ata cento e quarenta e nove pela secretária executiva. A senhora Vera se apresentou ao Conselho como conselheira suplente da APAE, bem como explicou sobre as normas do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo em vista que as mesmas devem ser aplicadas em todos os Conselhos, seja nacional, estadual ou municipal. A secretária executiva explicou a conselheira que este órgão já possui conhecimento das normas exigidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. O conselheiro José explicou sobre o recurso solicitado pelo CEACA, sendo que a entidade pretende ampliar o projeto da mesma, ou seja, investir, evoluir, que a cada ano que passa a perspectiva seja de melhorias. Informou ainda, que a Entidade possui cento e vinte e nove crianças e que no ano de dois mil e treze receberam o recurso da prefeitura no valor de duzentos e setenta e oito mil reais. O secretário Angelo Rabelo ressaltou aos conselheiros e presentes que jamais foi afirmado em rádio e outros meios de comunicação que será cortado recurso para alguma entidade, somente que as leis devem ser seguidas. Afirmou ainda, que caso a lei não se aplique, então se deve procurar um meio legal. O assessor Carlos explicou que no ano de dois mil e treze foi repassado o valor de duzentos e cinquenta mil reais para o CEACA, bem como mais vinte e oito mil reais da gestão anterior. O senhor Ronaldo ressaltou a todos os presentes que é técnico pago para trabalhar na prefeitura, tendo em vista que não defini nenhum tipo de valor, que o executivo que define valores, que somente executa seu trabalho analisando documentações. A técnica Elizabeth explica ao Conselho que desde o ano de dois mil e cinco, conforme lei municipal dez mil e vinte e três do mesmo ano, essa gestão está trabalhando entre gestão e Conselho, como por exemplo, apresentações de todos os projetos da assistência social são apresentados ao Conselho para que sejam aprovados ou não. Também informou aos conselheiros e presentes que no ano de dois mil e treze duplicou o número de adolescentes em medida sócio-educativa, razão pela qual, deverão buscar meios para prevenir o crescimento desses

adolescentes. A técnica ainda informou que foi aprovado pela Câmara de Vereadores o valor de cento e oitenta mil reais para recursos destinados as entidades, sendo que somente esse valor já foi destinado para a APAE, e quanto ao CEACA e o Abrigo dos Velhinhos que também são entidades aguardando recursos, questiona Elizabeth. Então a mesma pediu aos vereadores presentes que analisassem melhor suas decisões. O conselheiro Edson precisou se ausentar para resolver um problema particular, sendo que pediu aos conselheiros que analisassem com muita atenção a solicitação do CEACA. O vereador Elton ressaltou que a legislação deve ser seguida, tendo em vista que todos devem ter bom senso em suas decisões. A conselheira Rosilene explicou sobre sua frustração em vista de que a merenda não seria mais repassada para APAE, já que uma funcionária da prefeitura teria passado essa informação à mesma. A senhora Selma explicou sobre os recursos, sendo que em contrapartida às entidades devem apresentar detalhadamente sobre os gastos, conforme o Conselho Nacional de Assistência Social. A mesma explicou que caso este Conselho venha deliberar mais que duzentos e cinquenta mil reais para a entidade, que é o valor que o executivo poderá repassar no momento, ocorrerá um impasse. Selma explicou sobre a merenda, tendo em vista que este Conselho não é local para discussão, existe Conselho próprio. Selma ressaltou que são somente treze crianças registradas no censo escolar, essas cadastradas pela própria APAE. Conforme o censo escolar a prefeitura tem obrigação de oferecer merenda para treze crianças, totalizando o valor de cento e trinta reais mensais. Selma deixou bem claro que são somente treze crianças cadastradas, que caso haja um meio legal para requerer mais para merenda então que traga. Ainda afirmou, que em momento algum teve reunião agendada com o presidente Gaspar da APAE, sendo que o mesmo foi até o assessor Carlos para pedir aumento na merenda, tendo em vista não existir meio legal para isso, já que a APAE continuará recebendo a merenda referente às treze crianças cadastradas no censo escolar, conforme determinado em lei. O conselheiro José explicou que caso seja definido o valor de duzentos e setenta e oito mil reais para o ano de dois mil e quatorze não terá como realizar o trabalho na entidade. O mesmo ressaltou que caso não fosse definido um valor superior a este, provavelmente a entidade permaneceria de portas fechadas. A conselheira Rosa explicou que os profissionais da entidade não iniciariam os trabalhos sem ter o recurso, que foi agendada reunião para definição do recurso, mas sem êxito. Novamente foi explicado ao Conselho que quem defini os valores de recursos destinados as entidades são os conselheiros e não o executivo, o mesmo somente apresenta a contrapartida dos valores solicitados, conforme determinado em lei municipal dez mil e vinte e três, do ano de dois mil e cinco. O vereador Nazareno explicou que quando se refere a algum profissional da prefeitura, o mesmo sempre se refere a agentes públicos e não a pessoa pela parte pessoal. O mesmo ressaltou que o executivo não compareceu as reuniões solicitadas para esclarecimentos dos valores repassados da Lei Orgânica Anual, por esta razão teve a aprovação conforme entendimento dos mesmos. Elizabeth respondeu ao vereador que então não deveriam ter colocado para aprovação algo sem conhecimento, que insistissem na presença do executivo para esclarecimentos, sendo assim a Secretaria Municipal de Assistência Social fica prejudicada em todos os serviços prestados aos usuários da assistência. O vereador Nazareno esclareceu vários valores referentes aos

gastos das entidades por criança, razão pela qual, ressaltou que os recursos destinados as entidades APAE e CEACA devem ser melhorados. O vereador Elton perguntou à conselheira Rosilene qual o valor gasto da merenda, a mesma informou que no momento não teria como informar valores. Posteriormente realizou a mesma pergunta à conselheira Rosa, sendo que esta informou que o valor gasto para merenda totaliza trinta e oito mil reais. Selma esclareceu novamente que os recursos são exclusivamente para custeio, bem com afirmou novamente que caso não estiver reportada no censo escolar, caracteriza-se desvio de finalidade. Por fim, foi deliberado pelo Conselho Municipal de Assistência Social o valor de trezentos e vinte e oito mil e quinhentos reais, conforme resolução de número vinte e quatro de dois mil e quatorze. Este órgão também requisitou para constar em ata sobre os valores destinados a APAE que já foram definidos pelo Conselho na reunião do dia dezessete de dezembro de dois mil e quatorze, para que os valores sejam melhorados, ou seja, a entidade teria solicitado o valor de duzentos mil reais. Os conselheiros foram informados pela secretária executiva que a próxima reunião será realizada em doze de março de dois mil e quatorze, no mesmo horário e local. Nada mais a se tratar encerrou-se a reunião e eu Josiane de Oliveira Valgas lavrei a presente ata que segue assinada pelos demais.